ATA DA 120ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de janeiro de 2004, na sala de reuniões do CAP, às 10h00, sob a presidência do Sr. José Carlos de Oliveira Mendes reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, sito na Rua Antônio Pereira, 161, com a presença dos conselheiros, Hélio José da Silva, Mário Manoel das Dores Roque, Cláudio Fernando Daudt, Juarez Moraes e Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Carlos Alberto Silveira Calvo, José Sílvio Gori, Carlos Roberto Frísoli, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Arivaldo Barbosa José, Luiz Antônio Fayet, Airton Galinari, Zulfiro Antônio Bósio, Ozeil Moura dos Santos, Adriano Gustavo Vidal, Luiz Antônio de Mattos, e dos convidados, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, Dr. Jorge Quirilos Assis, Delegado da Polícia Federal, Marco Antônio Franco, da Receita Federal, Representante da ANVISA de Paranaguá, Luiz Henrique Tessutti Dividino, Chefe do DEPLAN/APPA, Nilson Hanque Camargo, Representante da FAEP, Leopoldino de Abreu Neto, Diretor do Porto de Antonina.

Abertura da Reunião: O Presidente iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a presença dos conselheiros e convidados. **Justificativa de Ausência:** dos Conselheiros Gilberto Guadharin Matozo, João Gilberto Freire, Jorge Tacla Filho, José Roberto de Almeida Corrêa, Ogarito Borgias Linhares. **Informe:** Número de Operadores Portuários regulares operando no porto são de 52. **Posse:** Ao Conselheiro Adriano Gustavo Vidal, que compõe o Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins, Representante dos Proprietários e Consignatários de Mercadorias. **Aprovação da Ata:** foi aprovada a Ata da 119ª Reunião Ordinária, com a seguinte retificação: "o Conselheiro Bósio recomendou que todos devem considerar a proposta do Conselheiro Fayet." Na sequência o Presidente solicitou ao representante técnico da APPA, que esclarecesse o andamento sobre o Plano do ISPS CODE. O Sr. **Luiz Henrique**, fez demonstração em data show, sendo que a cópia foi arquivada na Secretaria do CAP. Ressaltou que há um prazo para execução. Existem datas limites. Há a necessidade de execução de obras de infra-estrutura que demandam algum tempo ao processo de certificação. O Conselho deve estar ciente dessa certificação. Deve-se contratar um plano único, um projeto técnico de infra-estrutura e implantar o plano, no Porto, seja na parte pública ou na parte comum. O Presidente questionou se essas ações estão em andamento? **Luiz Henrique** disse que foram encaminhadas a Diretoria Técnica, para providências. O Comandante **Osmar** disse que no seu entendimento, estariam faltando os Plano do TCP e da PETROBRÁS. **Luiz Henrique** informou que essas duas empresas estão realizando seus planos isoladamente. E que isso vai desdobrar um esforço maior porque a CESPORTOS demanda um plano único. **Relatório Gerencial Financeiro da APPA:** Foi distribuído aos Conselheiros e Convidados, contendo o demonstrativo da receita e da despesa do Porto apresentado pelo Dr. **Mário** resumo dos programas do exercício de 2003, PROMAR - Programa de Modernização da Infra-estrutura Marítima de R\$ 25.152.959,64. PROSILO - Programa de Modernização e Melhorias dos Silos APPA e do Corredor de Exportação de R\$ 11.292.806,92, PROPORT - Programa de Modernização e Melhorias da Infra-estrutura Operacional e Portuária, em fase de estruturação de R\$ 10.741.792,96. Arrecadação dos programas com posição em dezembro de 2003, PROSILO R\$ 7.152.244,55, PROMAR, R\$ 20.940.274,62, PROPORT R\$ 7.540.829,74. Despesas, PROSILO R\$ 623.867,34, PROMAR R\$

1.450.197,46, PROPORT R\$ 1.020.677,57, Saldo das Contas Correntes: PROSILO R\$ 11.688.714,44, PROMAR R\$ 25.793.592,31, PROPORT R\$ 11.048.777,37. Dr. Mário disse que com relação à disponibilidade financeira, foram poucos os gastos, durante o exercício de 2003, nos três Programas, mas sendo todos aplicados em (CDB/RDB). O Conselheiro Ozell sugeriu ao Conselheiro Mário, que quando da elaboração do Orçamento da APPA, bem como da elaboração do Cronograma Físico Financeiro da execução de todas as obras e aplicações dos programas, sejam previamente discutidos por uma Comissão do CAP. Após esta discussão é que a APPA, enviará para o CAP o seu orçamento, o seu cronograma detalhado para a devida apreciação e aprovação e depois seguirá para os canais competentes ou seja Assembléia Legislativa, etc., para a sua devida aprovação. O Conselheiro Mário respondeu que a APPA, enquanto Autarquia está submetida à Lei do Orçamento, não podendo gastar aquilo que não está previsto no orçamento, por outro lado, como Autoridade Portuária, tem submissão do CAP, em algumas medidas, no que diz respeito à Lei 8630. O Conselheiro Gori afirmou que esses recursos devem ser aplicados em cada rubrica, porém o CAP deve discutir prioridades de ação com a APPA. O Comandante Osmar ficou apreensivo com a explanação do Dr. Mário, quando disse que não há problema de saída e que a APPA pode fazer aplicação de longo prazo. Concorde nos serviços pesados, como a dragagem. Todos criticam, porém o Porto tem razão, porque é difícil de ser feita. O porto vem buscando solução, mas ela, ainda, não apareceu. Então pergunta: e os serviços leves? Por exemplo: PROMAR, no caso das batimetrias, que devem ser informadas; manutenção do balizamento, serviços leves que o Porto está necessitando e que não estão sendo feitos. Dr. Mário explicou que está somente colocando a questão financeira dos fundos. Disse que existem pagamentos programados e não programados. Quando não tem pagamentos programados, como aconteceu no exercício de 2003, a APPA optou por aplicações. Sugere que a Comissão de Gestão, volte a se reunir e possa discutir e detalhar essas questões. O Presidente concordou e disse que poderia ser enviada uma correspondência formal à Superintendência, com cópia ao Diretor Técnico. A Conselheira Marla do Socorro disse que quando o Colegiado fez a tarifa, sendo que ela tem um prazo de cinco anos. O Conselheiro Gori reforçou as palavras da Conselheira Maria do Socorro, dizendo que a responsabilidade do Conselho é fazer com que os resultados sejam definidos. **Comissão Tarifária e Orçamentária:** tendo em vista a ausência do Relator José Roberto, o Conselheiro Juarez incumbiu-se de informar o Colegiado que no mês de dezembro a APPA encaminhou a Proposta Orçamentária e a Comissão reuniu-se opinando favoravelmente ao orçamento proposto, tendo em vista as previsões de investimentos. Dizendo que os números apresentados estão compatíveis com o Orçamento do exercício anterior. O Presidente usando a palavra, informou do recebimento da Portaria n.º 282/MT de julho, vigente, sobre a tarifa e que corrobora a informação prestada pela Conselheira Maria do Socorro. O Conselheiro Hélio disse que a Portaria, do Ministério dos Transportes, que autorizou o reajuste é decorrente de parecer técnico, fundamentado na proposta de reajuste das Tarifas Portuárias apresentada pela APPA. O Presidente perguntou ao Sr. Luiz Henrique se o Orçamento foi enviado ao CAP? Luiz Henrique informou que o orçamento/2004, foi enviado ao CAP, contendo todas as obras previstas nos Programas, inclusive no orçamento plurianual, à medida que forem licitadas, a qualquer tempo poderão ser executadas. O Conselheiro Fayet recomendou que esse assunto seja comunicado ao Ministério dos

Transportes e ANTAQ, porém o **Presidente** sugeriu que fosse passada, primeiramente, pela Comissão para analisar todas as questões, isto é, ter esclarecimentos da APPA, dos Blocos, mas o **Conselheiro Fayet** discordou do **Presidente** dizendo que isso deveria ter acontecido no terceiro trimestre de 2003. Continuou afirmando que o CAP deveria comunicar as autoridades federais, dizendo que o Conselho não recebeu os programas de investimentos e o Orçamento/APPA, chegou extemporaneamente. O **Conselheiro Hélio** lembrou que na reunião anterior, quando a Comissão declarou seu voto aprovando o que tinha examinado, decidindo que seria distribuído a todos os Conselheiros, como forma de que todos tomassem conhecimento da documentação, e a partir daí tivessem condições para opinar ou propor algo. O **Dr. Fayet** fez uma observação colocando que encaminhou ao CAP, documento referente à dragagem. E que o Colegiado não tem recebido da Administração, a Proposta Orçamentária e os programas de investimento, informando que isso fere a Legislação, e, que comunicou verbalmente a ANTAQ e ao Ministério dos Transportes essa irregularidade que está sendo cometida. Recomendou que o CAP faça uma comunicação a ANTAQ e ao Ministério dos Transportes, que o Colegiado não está recebendo nesses documentos, e conseqüentemente, isto está impedido que os Agentes Públicos que compõem o Conselho, que são nomeados pelo Governo Federal, e se incorporam, em termos de poder e de responsabilidade, às atividades públicas, cumprindo as suas missões. Propõe ao Conselho que faça a comunicação formal. Que enviou ao **Presidente** do CAP, uma posição pessoal a respeito da questão da dragagem e que conversou com várias pessoas, neste Porto, no Brasil inteiro, com armadores, operadores e tem uma preocupação que dentro de uns noventa dias o Porto poderá entrar em colapso. Que gostaria de deixar registrada sua posição, mesmo porque sendo um agente público não irá assumir a omissão. É um crime. Está previsto na Lei 8429/92. O **Conselheiro Bóslis** ressaltou a posição do **Dr. Mário**, dizendo que ele está cumprindo com muita competência o que vem fazendo. O que realmente quer, como usuário, e que como faz parte da Comissão Propositiva, seu dever é defender a posição do Conselho. Faz das palavras do **Fayet** as suas também. **Relatório Gerencial do Porto de Antonina:** distribuído aos Conselheiros e convidados, **Dr. Juarez**, primeiramente informou que tendo em vista entendimentos com a Superintendência e Governo do Estado, desligou-se da Diretoria do Porto de Antonina, e no seu lugar foi nomeado o **Sr. Leopoldino de Abreu Neto**. Informou ainda que foi convidado para dirigir o Terminal da Ponta do Félix. Porém ficou definido na reunião anterior, que apresentasse o Relatório Gerencial do exercício/2003, conforme previsão do Terminal Barão de Teffé Público e o Terminal da Ponta do Félix, somados ultrapassaram a 1.056.153 de toneladas, um crescimento de 60,00% em relação ao mesmo período do ano anterior, quanto a receita na ordem de R\$ 3.512.991 e despesa de R\$ 1.336.741, com um superávit de 71,62%. Inframar somada nos últimos anos, desde que a campanha de dragagem se iniciou através da Bandeirantes, ultrapassou 5 milhões de reais, e o que foi aplicado zero, como é do conhecimento do Colegiado. Projeta-se para 2004 ultrapassar 2 milhões de toneladas, desde que a questão do calado não se agrave mais do que já está. Espera que a operação de barcaças continue. Na oportunidade, em que se despede de membro titular do Governo do Estado, porém compondo o Colegiado como Suplente do Governo Municipal, se prontifica em desempenhar com o mesmo afinco o trabalho que vinha desempenhando no Conselho. O **Presidente** passou a palavra ao **Conselheiro Hélio**

que falou sobre o Ogmo/Pr. Dizendo que a sua função era de resgatar a participação do Sr. Marson. Na última reunião, quando fez demonstração de um vídeo, com informações do Ogmo, assumiu compromisso de fornecer dados gerenciais, sobre a gestão do trabalho frutuoso que é desenvolvido, no âmbito do Ogmo. A ressalva que faz é no sentido da importância que se tem de conhecer essas informações, da transparência, da integração e da divulgação daquilo que se faz, no sentido de que todos possam ter informações, não só para uso de seus trabalhos, mas como também para projeções e prospecções. É observada no âmbito de todos os CAPs, em sua maioria, uma presença freqüente dos Ogmos, no sentido de trazer ao Colegiado, as informações gerenciais daquilo que realiza. Isso tem uma significância enorme não só para o próprio CAP, mas para o próprio Ogmo, para a categoria de trabalhadores, para a categoria de operadores, no sentido de que está se dando uma resposta, ou seja, uma contrapartida do Ogmo, a quem os indicou como Presidente, como dirigente. Se observarmos, o Colegiado tem uma co-responsabilidade com o Ogmo, na medida em que seu Bloco II é quem indica os dirigentes dessa entidade. Naturalmente, creê que em Paranaguá deva ter acontecido, uma vez que em outros CAPs acontece assim, há um ato do CAP nomeando esses dirigentes, para dar divulgação pública e para dar legitimidade a todo o Conselho e não somente o Bloco II. Na medida em que se pede essas informações ao Ogmo, entende-se que eventualmente, os dirigentes não tenham recebido essas informações, mas que a intenção é esta, fazer com que haja uma co-participação de todas as entidades que atuam no ambiente portuário. Dizendo ainda que assim como se pede ao Porto de Antonina e ao Porto de Paranaguá informações gerenciais, se pede também do Ogmo. Isso é salutar para a categoria de operadores portuários, para os trabalhadores vinculados ao Ogmo e salutar para o Conselho. Há toda uma co-responsabilidade no sentido de fortalecer essa parceria e fortalecendo dessa maneira a ação portuária do Porto de Paranaguá, dando conhecimento de suas ações.

Relatório Gerencial Operacional da APPA: Foi distribuído o relatório aos Conselheiros e Convidados, contendo a movimentação de cargas no período de dezembro/2003: Movimentação de Carga Geral – Exportação (455.610 toneladas), Importação (114.494 toneladas); Granéis Sólidos – Exportação (908054 toneladas), Importação (528.094 toneladas); Granéis Líquidos - Exportação (211.337 toneladas), Importação (45.475 toneladas); Contêineres – Exportação (14.823 TEU), Importação (12.471 TEU); Veículos Exportados (1.854 unidades), Veículos Importados (313 unidades); Movimento de Navios no Porto: 189 atracções.

Comissão de Acompanhamento do Treinamento Portuária: o relator **Arivaldo Barbosa José**, informou que a Comissão reuniu-se no dia 21 de janeiro/2004 contando com as presenças de Hélio Emani Szypietz, Gerente da Agência do Trabalhador de Paranaguá, Júlio César Juchem, Secretário do SINDAPAR. O Gerente da Agência do Trabalhador de Paranaguá, recomendou o envio de correspondência, à Secretaria de Estado de Emprego e Promoção Social, assinado pelo Superintendente da APPA, encaminhando o Quadro das Demandas em Relação às Atividades Econômicas do Município, a fim de que àquela Secretaria aprove o levantamento das demandas de qualificação social e profissional, que a comunidade de Paranaguá necessita para melhorar a qualidade de vida, resgatando sua auto-estima e cidadania, atendendo desta forma a todos os seguimentos da nossa comunidade, para o exercício de 2004. O Secretário do SINDAPAR, informou que os treinamentos correlatos, têm previsão de início, em abril/2004, e que o Porto de Paranaguá, terá uma

vaga para a participação nos cursos. **Comissão de Operações Portuárias:** O relator Sr. **Airton Gallnari**, se reuniu várias vezes durante dois meses. As análises das normas para pré-qualificação estão avançadas, existem poucos pontos conflitantes. Acredita que logo deva gerar a redação final, e posteriormente ser encaminhada ao CAP, com antecedência, para envio aos Conselheiros para que possam ser votadas na próxima reunião. A Conselheira **Maria do Socorro** Conselheiro **Gorl** disseram que faltam alguns ajustes que terão de ser feitos da Comissão, que têm pontos que propuseram alterações e a APPA ficou de estudar, como também não houve o retorno tão rápido como imaginavam. O Conselheiro **Juarez** disse que, como membro da Comissão gostaria de agregar, um ponto de vista. Essa Norma avança, na qualificação do sistema como um todo. Isso é inquestionável, e a Comissão já entendeu isso. Por unanimidade existem uns cinco ou seis itens. Conselheiro **Fayet** ratificou sua proposta, no sentido de se enviar ofício a ANTAQ e a Diretoria Nacional de Portos, dizendo que o CAP de Paranaguá, não tem recebido, dentro do cronograma, a Proposta Orçamentária e nem os Programas. Existe uma instrução da ANTAQ e da Diretoria de Portos, no mesmo sentido, determinando que essas questões devam, ser tratadas sempre dentro da oportunidade temporal que se exige. O Conselheiro **Mário**, sugeriu que a partir desse momento, que a APPA, observe o prazo do envio da Proposta Orçamentária ao CAP, estabelecido pelo Colegiado. O Conselheiro **Gorl**, na condição de representante do Bloco dos Operadores, apoiar a proposta do Conselheiro **Fayet**, que representa os Usuários, a Associação dos Exportadores Brasileiros. O Presidente concluiu que a preocupação quase unânime dos Blocos, em que a APPA se manifeste em tempo hábil junto ao CAP, para opinar, antes de estar pronto. Com relação a proposta do Conselheiro **Fayet**, solicitou que essa correspondência deva ser encaminhada à Superintendência com cópia para ANTAQ. **Extinção das Comissões Temporárias.** Por unanimidade do plenário decidiu pela que se fizesse uma reformulação geral nas Comissões do CAP; quanto: na grafia, membros, extinção, alteração ou outra que achar necessário. Na seqüência foi feita uma homenagem ao Conselheiro **Cláudio Daudt**, pelo Dr. **Juarez**, em nome do Conselho, entregando uma Placa, tendo em vista seu desligamento do CAP, para assumir o Terminal de Contêineres no Porto de Itajaí/SC. O Conselheiro **Adriano Vidal** falou de sua preocupação quanto à dragagem no Porto de Paranaguá, dizendo que sente o problema, porque a profissão que exerce faz com que ele conviva com o problema diariamente, e que não está vendo qualquer movimentação sobre a dragagem nos Portos de Paranaguá e Antonina, sua preocupação é que a safra se aproxima, os problemas serão os mesmos que aconteceram a uma atrás, ninguém aparece para fazer nada, a marinha fez um levantamento recente, que se deve reduzir o calado. O Presidente disse que em quase todas as reuniões do CAP, o problema é sempre a mesmo, dragagem. Solicitou, então que a Comissão de Dragagem se reúna e nunca deixe de pressionar. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos, marcando a próxima reunião para o dia 20 de fevereiro de 2004, na sala de reuniões do Conselho de Autoridade Portuária, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina e tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinados por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.